MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Despacho (extracto) n.º 13 220/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 26 de Maio de 2005:

Maria da Conceição Ferreira dos Santos Sousa Pereira, chefe da Secção de Pessoal do quadro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. — nomeada chefe da Repartição de Pessoal e Expediente do mesmo quadro, em regime de substituição, a partir de 1 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Junho de 2005. — O Presidente, *F. Ramôa Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 13 221/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 da secretária-geral-adjunta do Ministério da Cultura, em substituição:

Licenciada Sara Maria Vaz de Abreu Romão, técnica de 2.ª classe, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura — autorizado o exercício de funções correspondentes à carreira técnica superior, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, com a remuneração correspondente ao índice 321 da escala salarial da referida carreira, tendo em vista a reclassificação profissional em lugar de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro.

23 de Maio de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 13 222/2005 (2.ª série). — Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 2 de Junho de 2005:

Nuno Miguel Melo de Oliveira, fiscal municipal do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Nazaré, Anabela Pereira Dias Pacheco de Sá Martinez, técnica profissional de 1.ª classe do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, e Nuno Filipe Pacheco Tavares, agente municipal de 2.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra — nomeados, em comissão de serviço, estagiários da categoria de inspector-adjunto, da carreira de inspector-adjunto, na sequência de concurso interno geral de ingresso, com efeitos a partir da data da publicação.

André Alves de Matos, António Miguel Kai Selby Goulding e Susana Lopes Baltazar — nomeados, em regime de contrato administrativo de provimento, pelo prazo de um ano, automaticamente prorrogado até à data de aceitação do cargo, estagiários da categoria de inspector-adjunto do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, na sequência de concurso interno geral de ingresso, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004, com efeitos a partir da data da publicação.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Junho de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho (extracto) n.º 13 223/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo de 16 de Maio de 2005:

Maria Daniela Parente do Patrocínio Vaz, técnica profissional de 2.ª classe, da carreira de técnico profissional de arquivo, do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — transferida para idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Santarém, com início a 1 de Junho de 2005.

30 de Maio de 2005. — O Subdirector, *José Maria Salgado*.

Instituto Português de Museus

Despacho (extracto) n.º 13 224/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê dos seus n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços;

Considerando que o Prof. Doutor Joaquim Maria Valença Pais de Brito corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Museu e que o mesmo detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director do Museu Nacional de Etnologia (equiparado a director de serviços):

1 — É renovada a comissão de serviço do director do Museu Nacional de Etnologia (equiparado a director de serviços), Prof. Doutor Joaquim Maria Valença Pais de Brito.

2 — O presente despacho produz efeitos a 28 de Maio de 2005.

25 de Maio de 2005. — O Director, *Manuel Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 13 225/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê dos seus n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Matilde Tomás do Couto corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Museu e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora do Museu de José Malhoa (equiparada a chefe de divisão):

1 — É renovada a comissão de serviço da directora do Museu de José Malhoa (equiparada a chefe de divisão).

2 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Setembro de 2005.

25 de Maio de 2005. — O Director, *Manuel Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 13 226/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê dos seus n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Helena Ferraz Trindade corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Museu e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora do Museu da Música (equiparada a chefe de divisão):

1 — É renovada a comissão de serviço da directora do Museu da Música (equiparada a chefe de divisão).

2 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Agosto de 2005.

25 de Maio de 2005. — O Director, *Manuel Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 13 227/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê nos seus n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Dulce Helena Gonçalves Santos Pires Antunes Borges corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Museu e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director do Museu da Guarda (equiparado a chefe de divisão):

1 — É renovada a comissão de serviço da directora do Museu da Guarda (equiparada a chefe de divisão).

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Julho de 2005.

25 de Maio de 2005. — O Director, *Manuel Oleiro*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 236/2005/T. Const. — Processo n.º 1029/2004. — Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — A Beneficência Familiar — Associação de Socorros Mútuos impugnou judicialmente, perante os juízos de pequena instância criminal do Porto, a decisão da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e Publicidade, que lhe aplicou a coima única de € 12 500, pelo facto de efectuar diversos serviços relacionados com a actividade de organização e realização de funerais sem que estivesse constituída sob a forma de sociedade, dispusesse de mostruário diversificado de artigos fúnebres, possuísse livro de reclamações e publicitasse o serviço básico de funeral social, o que constituía as contra-ordenações previstas e punidas pelos artigos 6.º,

n.º 1, 12.º, 13.º e 16.º, n.º 2, alíneas a), b) e c), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

Por sentença de 29 de Outubro de 2004, foi concedido provimento ao recurso, com a seguinte fundamentação:

«[...]»

Alega a arguida, em segundo lugar, que os artigos 5.º e 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 206/2001, violam o direito de livre associação previsto no artigo 46.º da CRP.

Vejamos.

Resulta do disposto nos artigos 5.º, 3.º, 4.º, n.º 1, e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, que a prestação de serviços relativos à organização e realização de funerais, transporte de cadáveres para exéquias fúnebres, inumação, cremação ou expatriamento e trasladação de restos mortais já inumados, compete exclusivamente às agências funerárias, considerando-se como tal as empresas que tenham por actividade principal a prestação dos serviços referidos, as quais, para desenvolverem a sua actividade, devem constituir-se sob qualquer das formas societárias legalmente permitidas.

Ou seja, tais preceitos, no seu conjunto, restringem efectivamente a liberdade de iniciativa privada no que se refere à actividade funerária, reservando-a a empresas societárias e vedando-a, consequentemente, ao sector mutualista.

Estamos em crer que esta reserva viola o princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da CRP.

Com efeito, o princípio constitucional da igualdade só não seria violado caso a reserva de actividade constituísse um meio adequado para prosseguir um qualquer interesse público relevante, intentado pelo legislador e cometido pela Constituição ao Estado.

Não nos parece, porém, que seja este o caso, sendo certo que o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 206/2001 nada refere quanto aos interesses que estiveram na origem da criação desta reserva de actividade.

O que se pode ler neste preâmbulo é tão-só que urge ‘dotar este sector de medidas disciplinadoras que, sem prejuízo do livre acesso ao mercado, possam assegurar a transparência da actuação dos seus profissionais e garantir a qualidade dos serviços, tendo em vista, designadamente, a defesa dos interesses dos consumidores’.

E sendo o único interesse expressamente apontado o ‘dos consumidores’, não vemos que este possa justificar que se atribua às agências funerárias constituídas sob a forma de sociedade o monopólio da actividade funerária.

Pelo contrário, parece-nos que o interesse dos consumidores será no sentido de uma oferta o mais ampla possível em que coexistam, lado a lado, o sector empresarial e mutualista.

Aliás, mais se pode ler no mesmo preâmbulo que ‘O presente diploma define, desta forma — e sem prejuízo das competências já atribuídas por lei neste domínio a outras entidades no âmbito específico das suas atribuições —, um conjunto de regras gerais para o exercício da actividade funerária [...]’.

Por seu turno, no preâmbulo do Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março), prevê-se que estas, para além de prosseguirem ‘objectivos de protecção complementar nos domínios da segurança social e da saúde’ possam, cumulativamente com estes, desenvolver ‘quaisquer outras actividades de protecção social, designadamente no sector da acção social e, de um modo geral, a promoção da melhoria da qualidade de vida dos associados e suas famílias’.

Concretiza esta ideia o artigo 2.º, n.º 2, deste Código ao estabelecer que as associações mutualistas podem prosseguir fins de protecção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social.

Parece-nos, por isso, que uma actividade funerária organizada e gerida por uma associação mutualista poderá ainda incluir-se nos fins permitidos a este tipo de associação, já que se poderá considerar esta actividade como serviço de apoio social destinado aos seus associados.

Tudo isto para reforçar a ideia de que as normas dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, ao reservarem a actividade funerária a empresas societárias e vedarem a mesma às associações mutualistas, quando é certo que a legislação que rege estas últimas parece ter amplitude suficiente para lhes permitir este serviço, violam o princípio constitucional da igualdade.

E face ao que ficou dito, não podemos deixar de considerar que a inconstitucionalidade destas normas determina necessariamente a inconstitucionalidade das restantes normas do Decreto-Lei n.º 206/2001.

Com efeito, se do preâmbulo deste diploma se retira que o mesmo pretende criar ‘regras gerais para o exercício da actividade funerária’, certo é que todo ele está centrado na figura da agência funerária enquanto empresa e sociedade e que as respectivas normas estão pensadas para esta realidade e não para a regulamentação de uma actividade funerária levada a cabo por outras entidades que não empresas societárias.

Logo no artigo 1.º deste diploma, sob a epígrafe ‘Âmbito’, se dispõe que ‘o exercício da actividade das agências funerárias fica sujeito ao

regime estabelecido no presente diploma’, não se estendendo o âmbito do diploma a toda a actividade funerária.

Ou seja, as várias normas concretas contidas neste decreto-lei pressupõem o entendimento de que a actividade funerária só pode ser empreendida pelas agências funerárias e de que estas serão, necessariamente, detidas por sociedades, o que, repete-se, viola o princípio da igualdade plasmado no artigo 13.º da CRP.

Pelo exposto, declaro inconstitucionais as normas dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, bem como, consequentemente, as restantes normas nele contidas e, em consequência, concedo provimento ao recurso, revogando a decisão recorrida.

Fica, deste modo, prejudicado o conhecimento das demais questões suscitadas em sede de recurso.»

2 — O Ministério Público interpôs recurso de constitucionalidade, ao abrigo do artigo 70.º, n.º 1, alínea a), da Lei do Tribunal Constitucional, para apreciação das normas dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

Junto do Tribunal Constitucional o recorrente apresentou alegações que concluiu do seguinte modo:

«1 — A norma constante dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, ao instituir a reserva do exercício das actividades funerárias às empresas que adoptem a forma societária excluindo, em absoluto, a possibilidade de quaisquer outras entidades colectivas, nomeadamente associações mutualistas, orientadas pelos princípios cooperativos, exercerem tal actividade a título gratuito e sem intuito ou finalidade lucrativa, no quadro de uma acção de apoio social, desenvolvida em benefício dos respectivos associados, é inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, bem como da protecção do sector cooperativo, decorrente do artigo 61.º da Constituição da República Portuguesa.

2 — Na verdade, neste caso, tal reserva de actividade — pressupondo o necessário exercício empresarial, com fins lucrativos e sob forma societária — carece de fundamento material bastante, discriminando injustificadamente, relativamente às demais pessoas colectivas com fins lucrativos, as associações que pretendam exercer a dita actividade, com submissão e respeito pelas regras gerais instituídas pelo legislador para tal actividade.

3 — Não são inconstitucionais as normas que prescrevem, em termos objectivos, os requisitos do estabelecimento das entidades que — qualquer que seja a sua natureza — pretendam exercer actividades funerárias e que não apareçam conexas com o exercício, com intuito lucrativo, de tal actividade.

4 — Termos em que deverá confirmar-se o juízo de inconstitucionalidade formulado quanto à norma resultante dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do referido diploma legal — não se estendendo, porém, tal julgamento de inconstitucionalidade, consequentemente, às normas constantes dos artigos 6.º, n.º 1, alínea c), e 12.º do Decreto-Lei n.º 206/2001.»

O recorrido contra-alegou, concluindo o seguinte:

«Mas diga-se em abono da verdade que todas as mutualidades que prestam aos seus associados (beneficiários) o serviço de funeral praticam valores de custo de funeral muito abaixo do sector das agências funerárias.

E com isso ganha o Estado, porque:

Sendo o funeral pago pela mutualidade, já a família do falecido não recorre aos subsídios do Estado, segurança social (e vão até 500 contos por inumação).

Termos em que, na procedência do alegado e provado, devem ser declaradas inconstitucionais todas as normas assim julgadas pelo Meritíssimo Juiz *a quo*, salvo a constante do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, assim se fazendo, como se espera a costutada, justiça!»

Cumpra apreciar.

II — **Fundamentação.** — 3 — O tribunal *a quo* julgou materialmente inconstitucional as normas dos artigos 5.º e 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

Tais preceitos, bem como o artigo 4.º, n.º 1, do mesmo diploma, têm a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

Objecto da actividade

1 — A actividade das agências funerárias consiste na prestação de serviços relativos à organização e realização de funerais, transporte de cadáveres para exéquias fúnebres, inumação, cremação ou expatriamento e trasladação de restos mortais já inumados.

Artigo 5.º

Reserva de actividade

O exercício das actividades mencionadas no n.º 1 do artigo anterior compete exclusivamente às agências funerárias.

Artigo 6.º

Requisitos para o exercício da actividade

1 — Para o exercício da actividade referida no n.º 1 do artigo 4.º, deve cada agência funerária:

- a) Constituir-se sob qualquer das formas societárias legalmente permitidas;

.....»

O tribunal recorrido julgou ainda consequencialmente inconstitucionais as «restantes normas» do referido diploma legal. Tais normas, em face das contra-ordenações imputadas à arguida, são as que constam dos artigos 6.º, n.º 1, alínea c), 12.º, n.º 1, e 13.º O teor destes artigos é o seguinte:

«Artigo 6.º

Requisitos para o exercício da actividade

1 —

- c) Dispor de mostruário diversificado de artigos fúnebres, de modo a garantir ao cliente mais de uma alternativa de escolha;

.....»

Artigo 12.º

Livro de reclamações

1 — As agências funerárias devem possuir, por estabelecimento, um livro de reclamações, devendo a sua existência ser divulgada de forma visível, designadamente no mostruário e na factura.

.....»

Artigo 13.º

Funeral social

1 — As agências funerárias devem dispor obrigatoriamente de um serviço básico de funeral social, a realizar no concelho onde ocorreu o óbito e está sediada a agência.

2 — O serviço básico de funeral social está sujeito a um preço máximo, cujo montante é fixado por portaria do Ministro da Economia.

3 — O preço máximo do serviço básico de funeral social incluirá:

- a) Urna em madeira ou equivalente, com uma espessura mínima de 15 mm, ferragens, lençol, almofada e lenço;
- b) Transporte fúnebre individual;
- c) Serviços técnicos prestados pela agência.»

Verifica-se, assim, que o juízo de inconstitucionalidade formulado pelo tribunal *a quo* se refere a regras relacionadas com a constituição da entidade que exerce a actividade funerária [o artigo 6.º, n.º 1, alínea a), que exige a constituição sob qualquer das formas societárias legalmente permitidas] e a regras que consagram deveres que impõem sobre as entidades que exercem a actividade funerária, que, de acordo com o respectivo regime legal, só podem ser as agências funerárias constituídas na forma societária [esses deveres, no presente caso, são a existência de mostruário diversificado de artigos fúnebres — artigo 6.º, n.º 1, alínea c) — a existência de livro de reclamações — artigo 12.º, n.º 1 — e a existência e respectiva publicidade do funeral social — artigo 13.º].

O tribunal analisará, em primeiro lugar, a norma que exige a constituição sob a forma societária.

4 — O tribunal *a quo* entendeu, na decisão recorrida, que a norma que exige a constituição sob a forma de sociedade para o exercício da actividade funerária quando aplicada a uma associação mutualista é inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição.

Do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, resulta que o legislador com o novo regime das agências funerárias pretendeu fazer face a um «avolumar de situações menos transparentes» que se vinham verificando numa «actividade com uma expressiva relevância social».

O regime consagrado visou assim, entre o mais, «garantir a qualidade dos serviços, tendo em vista, designadamente, a defesa dos interesses dos consumidores», através da definição de um conjunto de «regras gerais para o exercício da actividade funerária» (cf. o preâmbulo do diploma).

Entrevêm-se, deste modo, no regime legal em questão objectivos que se relacionam com a transparência na actividade, com a orga-

nização das estruturas que exercem a actividade funerária (tendo em vista a dignidade exigível pela natureza dessa actividade), com a igualdade no tratamento dos agentes funerários e com a igualdade no acesso à actividade.

A legitimidade e o fundamento de tais finalidades, em face da Constituição, são inequívocos. No entanto, a questão a que importa dar resposta no presente recurso é a de saber se a exigência de constituição sob a forma societária exclui outros modos de alcançar tais desideratos, sendo essa exclusão compatível com a Constituição.

Ora, a forma societária, em si mesmo considerada, não consubstancia uma habilitação específica para o exercício da actividade funerária. Nem constitui, por si só, e necessariamente, garantia absoluta de prossecução com sucesso das finalidades que o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, visa alcançar.

Trata-se de uma exigência que, tendencialmente, criará condições favoráveis para a realização dos referidos objectivos, dada as necessárias organização e institucionalização que a sociedade implica. Porém, a constituição como sociedade não é um meio especificamente vocacionado (e, sobretudo, único) para o exercício da actividade funerária de forma transparente e digna. Não o é, desde logo, porque o processo de constituição de uma sociedade nenhuma conexão apresenta com a actividade funerária. E, também não o é, porque a forma societária só por si não fornece garantias absolutas do exercício de uma (qualquer) actividade de modo transparente e digno.

Não se trata, aliás, de uma exigência que se prende com fins de saúde pública e de tutela do interesse público, como acontece, por exemplo, com a reserva legal da actividade farmacêutica (v. Acórdão n.º 182/2001, www.tribunalconstitucional.pt).

A qualidade do exercício da actividade funerária é, antes, assegurada por exigências que se prendem com o respectivo exercício e com o funcionamento das entidades que realizam serviços fúnebres, exigências cujo respeito deve ser rigorosamente controlado.

No que neste recurso importa, constata-se que a exigência de constituição sob a forma societária, com o inerente fim lucrativo, não se revela mais garantística do que a organização inerente a uma associação mutualista, sem intenção lucrativa, apenas com uma finalidade de apoio social em benefício dos associados. De resto, numa perspectiva institucional, existe, para o efeito que nos presentes autos se destaca, uma semelhança significativa entre a associação e a sociedade, já que a ambas as entidades é inerente uma organização jurídica (e social) que de igual modo cria condições para um exercício digno da actividade em questão (entre outras).

Por outro lado, às anteriores razões acresce a tutela constitucional do sector cooperativo (artigo 61.º da Constituição), tutela essa que se estende naturalmente às associações mutualistas que se fundam nos princípios cooperativos, exercendo actividades de apoio ou protecção social em benefício dos associados, fora dos quadros da iniciativa privada empresarial (cf. artigo 2.º, n.º 2, do Código das Associações Mutualistas).

Em face de todas estas razões, não existe fundamento para vedar às associações mutualistas o exercício da actividade funerária em benefício dos seus associados no cumprimento dos princípios que regem essas instituições.

A restrição constante da norma do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, discrimina, pois, sem fundamento legítimo, as associações mutualistas, pelo que se afigura inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição.

5 — O tribunal recorrido considerou consequencialmente inconstitucionais as demais normas do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho. Proceder-se-á à apreciação das normas que concretamente foram desaplicadas.

Quanto à exigência de mostruário de serviços fúnebres [artigo 6.º, n.º 1, alínea c)], cabe sublinhar que se trata de uma imposição que se justifica em face da actividade em causa. Com efeito, se uma associação mutualista pretende exercer a actividade funerária tem de observar determinadas regras que se relacionam com uma certa qualidade dos serviços prestados. Facultar a escolha dentro de um leque variado de objectos fúnebres afigura-se adequado ao tipo de actividade levada a cabo, pelo que não procede, quanto à norma em questão, o juízo de inconstitucionalidade formulado pela decisão recorrida.

6 — Quanto à manutenção pela entidade que exerce actividade funerária de um livro de reclamações (artigo 12.º, n.º 1), também não se afigura procedente o juízo de inconstitucionalidade formulado pela decisão recorrida. Na verdade, a prestação de serviços fúnebres deve ser controlada externamente, dada a relevância dos interesses dos destinatários. O controlo interno possibilitado pela reclamação para os órgãos da associação mutualista (como invoca a recorrida) é de inegável relevância. Não obstante, o registo da reclamação em livro (mantido para o efeito) permite um controlo de natureza diferente (controlo externo — cf. artigo 12.º, n.º 3) cuja relevância não pode ser ignorada, estando em causa a actividade funerária.

Improcede, pois, o juízo de inconstitucionalidade quanto à norma do artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

7 — Resta, por último, apreciar a norma que consagra a exigência de um serviço básico de funeral social devidamente publicitado (artigo 13.º).

Trata-se de uma exigência relacionada com o preço do serviço fúnebre prestado. A associação recorrida é uma entidade que presta tal serviço apenas aos seus associados e de modo gratuito ou manifestamente aquém do preço do mercado. A norma em questão consagra, pois, uma exigência que não tem fundamento, quando aplicada às associações mutualistas («serviço básico de funeral social» não é um dos serviços fúnebres que as associações prestam, é o serviço fúnebre prestado por essas entidades), pelo que se trata de uma exigência sem fundamento, sendo nessa medida violadora do princípio da proporcionalidade e da igualdade (artigo 13.º da Constituição).

Confirma-se, portanto, quanto a esta norma, o juízo de inconstitucionalidade formulado.

III — **Decisão.** — 8 — Em face do exposto, o Tribunal Constitucional decide:

- a) Julgar inconstitucional a norma do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, na medida em que exclui as associações mutualistas, por violação do princípio da igualdade;
- b) Julgar inconstitucional a norma do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, enquanto exige que as associações mutualistas ponham à disposição do público um serviço básico de funeral social, por violação dos princípios da proporcionalidade e da igualdade;
- c) Não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 6.º, n.º 1, alínea c), e 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho;
- d) Confirmar, consequentemente, o juízo de inconstitucionalidade constante da decisão recorrida, juízo de inconstitucionalidade que não se estende às normas referidas na alínea c).

Lisboa, 3 de Maio de 2005. — *Maria Fernanda Palma* — *Mário José de Araújo Torres* — *Benjamim Rodrigues* — *Paulo Mota Pinto* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

Acórdão n.º 237/2005/T. Const. — Processo n.º 706/2004. — Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — Nos presentes autos de fiscalização concreta da constitucionalidade, vindos do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, em que figura como recorrente o Ministério Público e como recorrida a Fazenda Pública, o tribunal *a quo* proferiu a seguinte decisão:

«José da Silva Araújo, com os demais sinais nos autos, pede a declaração de inexistência de causa legítima de inexecução parcial (por lapso manifesto, diz integral) do Acórdão do Tribunal Central Administrativo (Tribunal Central Administrativo) de 28 de Maio de 2002.

A Fazenda Pública suscitou a questão da incompetência deste Tribunal, opinando que ela é do Tribunal Central Administrativo, segundo o disposto no artigo 41.º, n.º 1, alínea d), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, conforme anotação, ao artigo 146.º respectivo, do Ex.º Conselho Lopes de Sousa no seu Código de Procedimento e de Processo Tributário anotado.

O Ministério Público é de parecer que o pedido proceda parcialmente.

Verifica-se que o duto acórdão cuja execução está em questão foi exarado no Tribunal Central Administrativo em 28 de Maio de 2002 — fl. 11 a fl. 17, sendo, de resto, facto não controvertido.

Apreciando e decidindo:

O n.º 3 do artigo 146.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário é, em nossa opinião, claro no sentido de atribuir a competência, para conhecimento das execuções de julgado, aos tribunais tributários de 1.ª instância, mesmo quando estejam em causa decisões de tribunais superiores — o *acórdãos* do n.º 2 parece não permitir outra interpretação.

Todavia, como assinala o duto autor referido, da Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro (à sombra da qual foi aprovado o Código de Procedimento e de Processo Tributário), não constava autorização para alteração da competência do Tribunal Central Administrativo, sendo esta matéria da reserva relativa da Assembleia da República [artigo 165.º, n.º 1, alínea p), da lei fundamental], razão pela qual a norma em causa será organicamente inconstitucional [artigos 112.º, n.º 2, e 198.º, n.º 1, alínea b), da Constituição da República Portuguesa].

Recusa-se, pois, a aplicação da norma contida no n.º 3 do dito artigo 146.º, por a considerarmos organicamente inconstitucional, e, visto o disposto no citado artigo 41.º, n.º 1, alínea d), declara-se a incompetência, em razão da hierarquia, deste Tribunal, afirmando a do Tribunal Central Administrativo.»

O Ministério Público interpôs recurso obrigatório de constitucionalidade, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do

Tribunal Constitucional, para apreciação da conformidade à Constituição da norma desapplicada com fundamento em inconstitucionalidade.

Junto do Tribunal Constitucional, o recorrente apresentou alegações que concluiu do seguinte modo:

«1 — São organicamente inconstitucionais quaisquer normas, constantes de diploma não credenciado por precedente autorização legislativa da Assembleia da República, que inovem em sede de repartição de competências entre os vários tribunais.

2 — Nos termos do artigo 7.º, n.º 1, parte final, do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho, a fixação de indemnização dos prejuízos resultantes do acto anulado e da inexecução, espontânea e integral, da sentença anulatória compete ao tribunal que, em 1.º grau de jurisdição, tiver proferido tal sentença, constituindo tal regime legal excepção ao princípio, afirmado pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de que o conhecimento das questões de execução de julgados compete sempre ao tribunal que tiver proferido a sentença ou acórdão exequendo.

3 — A norma constante do artigo 146.º, n.º 3, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, interpretada em termos de a fixação da indemnização pelos danos decorrentes da anulação de certa liquidação tributária competir ao tribunal que, em 1.ª instância, proferiu a sentença anulatória, carece, deste modo, de natureza inovatória, não padecendo de inconstitucionalidade orgânica.

4 — Termos em que deverá proceder o presente recurso.»

A entidade recorrida não contra-alegou.

Cumpra apreciar.

2 — A questão de constitucionalidade foi configurada pela decisão recorrida do seguinte modo: o n.º 3 do artigo 146.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário confere aos tribunais tributários de 1.ª instância competência para o conhecimento das execuções de julgado, mesmo quando estejam em causa decisões de tribunais superiores. No entanto, da Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, que concedeu a autorização legislativa para a aprovação do Código de Procedimento e de Processo Tributário, não consta autorização para alteração da competência do Tribunal Central Administrativo, matéria abrangida pela reserva parlamentar, nos termos do artigo 165.º, n.º 1, alínea f), da Constituição.

Para responder à questão suscitada, o Tribunal Constitucional deverá averiguar se a concreta dimensão normativa do artigo 146.º, n.º 3, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aplicada nos autos, tem efectivamente carácter inovatório.

Ora, o tribunal *a quo* interpretou a norma do n.º 3 do artigo 146.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário como atribuindo competência aos tribunais tributários de 1.ª instância para conhecer das execuções de julgados, «mesmo quando estejam em causa decisões de tribunal superior», sem distinguir os casos em que estas decisões dos tribunais superiores são proferidas em processos que esses tribunais julgam em 1.ª instância e os casos em que as decisões são proferidas na sequência da interposição de recursos jurisdicionais.

Acontece que, no caso de que emerge o presente recurso, está em causa uma sentença do Tribunal Tributário de Viana do Castelo, que julgou procedente o pedido de declaração de inexistência de causa legítima de inexecução parcial de um acórdão do Tribunal Central Administrativo. Este foi deduzido pelo ora recorrente, quanto à liquidação de contribuição industrial e de imposto extraordinário relativos aos exercícios de 1983 a 1987, tendo a sentença sido confirmada, em recurso jurisdicional, pelo Acórdão do Tribunal Central Administrativo de 28 de Maio de 2002.

Neste contexto, independentemente da interpretação que se considere mais correcta da norma do n.º 3 do artigo 146.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, o certo é que a dimensão em que os tribunais tributários de 1.ª instância são competentes para conhecer dos pedidos de execução de julgado das decisões proferidas em processos por eles julgados em 1.º grau de jurisdição, mesmo que a decisão final tenha sido proferida por tribunal superior (no caso, pelo Tribunal Central Administrativo), no âmbito de recurso jurisdicional para ele interposto, nada tem de inovador, pois esse era o regime que já resultava do n.º 2 do artigo 166.º do Código de Processo Tributário e, anteriormente, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho, não alterado pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 1984.

Assim, o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho, prescrevia que tal requerimento deve ser endereçado «ao tribunal que em 1.º grau de jurisdição tiver proferido sentença» (que facultava ao interessado a possibilidade de deduzir o pedido de fixação da indemnização dos prejuízos resultantes do acto anulado por uma sentença, bem como da não execução espontânea e integral desta, constituindo um passo no desígnio constitucional de garantir a tutela judicial efectiva dos particulares, concebendo a execução de julgados «como um meio declarativo complementar, para execução de sentenças anulatórias» — cf. Vieira de Andrade, «A Justiça Adminis-